

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO ESTADO NA ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE PAU DOS FERROS PÓS ANOS 2000

Eric Neres Vieira – ORCID: 0009-0009-8773-3306
Ronie Cleber de Souza – ORCID: 0000-0001-9202-4269

RESUMO: Nos países periféricos, as disparidades sociais e espaciais são um problema longo e, extenso é, o esforço para, razoavelmente, amenizá-lo, e, para isto, o agente com poder fundamental para provocar mudanças e, perspectivamente, reverter esta condição é o Estado. O objetivo do artigo é refletir sobre o papel do Estado na estruturação urbano-regional da Região Geográfica Imediata (RGI) de Pau dos Ferros, como decorrência do aumento do gasto público. Partimos da premissa de que o gasto público é o determinante principal das transformações nesse território, principalmente pós anos 2000. A organização da RGI de Pau dos Ferros está em três níveis hierárquicos: 1 município Centro Sub-Regional B, 3 Centros de Zona B e 30 Centros Locais. Os Centros Locais são responsáveis por 78% da produção agropecuária e o Centro de comando da região, Pau dos Ferros, por 35% dos Serviços privados. A importância da Administração Pública é observada em todos os níveis: nos 33 Centros menores é o maior provedor de renda local, participante de mais da metade do VAB. Em Pau dos Ferros, o Estado oferta vários serviços públicos especializados.

Palavras-chave: Estado; Dinâmica urbano-regional; Cidade intermédia.

CONSIDERATIONS ON THE ROLE OF THE STATE IN THE URBAN-REGIONAL STRUCTURE OF THE "REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE PAU DOS FERROS" POST-2000S

ABSTRACT: In peripheral countries, social and spatial disparities are a long-standing problem, and efforts to reasonably alleviate them are extensive. To this end, the agent with the fundamental power to bring about change and, in the long run, reverse this condition is the State. The objective of this article is to reflect on the role of the State in the urban-regional structuring of the Immediate Geographic Region (RGI) of Pau dos Ferros, as a result of the increase in public spending. We start from the premise that public spending is the main determinant of the transformations in this territory, especially after the year 2000. The organization of the RGI of Pau dos Ferros is in three hierarchical levels: 1 municipality Sub-Regional Center B, 3 Centers of Zone B and 30 Local Centers. The Local Centers are responsible for 78% of agricultural production, and the command center of the region, Pau dos Ferros, for 35% of private services. The importance of Public Administration is observed at all levels: in the 33 smaller Centers it is the largest provider of local income, accounting for more than half of the GVA. In Pau dos Ferros, the State offers several specialized public services.

Keywords: State; Urban-regional dynamics; Intermediate city.

CONSIDERACIONES SOBRE EL PAPEL DEL ESTADO EN LA ESTRUCTURACIÓN URBANO-REGIONAL DE LA "REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE PAU DOS FERROS" DESPUÉS DE LOS AÑOS 2000

RESUMEN: En los países periféricos, las disparidades sociales y espaciales son un problema de larga data y, amplio es el esfuerzo por aliviarlo razonablemente, y, para ello, el agente con poder fundamental para provocar cambios y, desde una perspectiva, revertir esta condición es el Estado. El objetivo del artículo es reflexionar sobre el papel del Estado en la estructuración urbano-regional de la Región Geográfica Inmediata (RGI) de Pau dos Ferros, a raíz del aumento en el gasto público. Partimos de la premisa de que el gasto público es el principal determinante de las transformaciones en este territorio, especialmente después de la década de 2000. La organización de la RGI de Pau dos Ferros es en tres niveles jerárquicos: 1 municipio Centro Subregional B, 3 Centros en Zona. B y 30 Centros Locales. Los Centros Locales son responsables del 78% de la producción agrícola y el centro de mando de la región, Pau dos Ferros, del 35% de los servicios privados. La importancia de la Administración Pública se observa a todos los niveles: en los 33 Centros más pequeños es la mayor proveedora de ingresos locales, representando más de la mitad del VAB. En Pau dos Ferros, el Estado ofrece varios servicios públicos especializados.

Palabras clave: Estado; Dinámica urbano-regional; Ciudad intermedia.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado por enormes disparidades regionais que permeiam por todo o território, desde sua formação socioeconômica. No caso brasileiro, com o agravamento das disparidades regionais no território, mesmo em tempos prósperos, como o período do “milagre econômico”, a introdução do aparelho estatal é induzida pela pressão urbana e regional. Se por um lado, a urbanização brasileira passa a ser caótica a partir da década de 1970 (Cano, 2011), por outro, o antigo problema do sertão nordestino ainda perdurava, não como catástrofe natural em si, mas como catástrofe sofrida por uma população de ampla pobreza, colocando em evidência a ausência da melhoria, experienciada nas áreas premiadas do Nordeste, e a necessidade de um planejamento para áreas de intensa desigualdade social e regional do país (Oliveira, 1998).

No entanto, após a Constituição Federal de 1988, a realidade de muitos lugares se alterou substancialmente. A melhor distribuição da provisão de recurso nacional para as municipalidades e a descentralização de serviços públicos fundamentais compõe, no começo do século XXI, o destaque do movimento de retomada de políticas de desenvolvimento regional, remodeladas no bojo da esfera das políticas sociais de escala nacional (Souza, 2019, p. 25).

Mediante a continua luta para a redução das disparidades regionais, principalmente nos lugares menos dinâmicos, do ponto de vista do capitalismo nacional, como no semiárido nordestino, este trabalho visa responder ao seguinte questionamento: Qual o papel que o Estado desempenha, como a decorrência do aumento do gasto público, na estruturação urbano-regional da Região Geográfica Imediata (RGI) de Pau dos Ferros no período pós anos 2000?

Para a delimitação deste estudo será utilizado a classificação da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2018), compreendendo que a estruturação e as relações urbanas e de comando que acontecem numa região de influência do território foco é suficiente para discutir a questão, pois “nenhuma escala per se é boa ou ruim. É preciso discutir a espacialidade dos problemas [...]. Penso que [...] as escalas ‘intermediárias’ ganham novo sentido e importância nessa fase do capitalismo” (Brandão, 2012, p. 36).

Contudo, a categorização hierárquica da rede urbana fornece apenas evidências mais gerais, visto que a REGIC não dá conta de explicar com profundidade a complexidade das articulações entre os espaços e o peso das hierarquias das cidades das determinadas regiões de influência do território. A classificação pode ser justificada “como critério de recorte territorial” (Porto; Miranda, 2019, p. 15), ou vislumbre da centralidade urbana.

Para este fim, será considerado o recorte na escala Regiões de Influência, a Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros/RN, que está organizada em três níveis hierárquicos, 1 município Centro Sub-Regional B, 3 Centros de Zona B e 30 Centros Locais, nessa ordem hierárquica (IBGE, 2020).

Sintetizando a problemática, o objetivo deste estudo é refletir sobre o papel do Estado na estruturação urbano-regional da Região Geográfica Imediata (RGI) de Pau dos Ferros pós anos 2000, como decorrência do aumento do gasto público. Partimos da premissa de que o gasto público é o determinante principal das transformações nesse território, principalmente no recorte proposto.

Para atender ao objetivo, se fez uso de pesquisas bibliográfica e documental, sendo a natureza do estudo quali-quantitativa. A análise utilizará método histórico-estrutural, que visa observar o processo desenvolvimento como decorrência da transformação das

estruturas produtivas e sociais. Esse método¹ servirá para entender o papel do Estado na formação econômica do recorte territorial estudado.

Para montar a estrutura produtiva do objeto de estudo serão extraídos os dados do Valor Adicionado Bruto (VAB), provenientes do IBGE (2021) e a categorização da REGIC de 2018, do mesmo órgão (IBGE, 2018).

Exibidas as questões introdutórias, o trabalho está estruturado em seis tópicos, a contar desta introdução e das considerações. Discutimos, de um modo geral, o desenvolvimento brasileiro e formação dos desequilíbrios regionais, as ações do estado e seus efeitos no enfretamento dessas desigualdades regionais, seguidos de considerações sobre a composição da rede urbana brasileira sob a forma de relações hierárquicas e, por fim, respondendo ao objetivo do texto, tratamos do papel do Estado na estruturação urbano-regional da R.G.I. de Pau dos Ferros.

2. O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO SOB A ÊNFASE NOS DESDOBRAMENTOS DA DINÂMICA NORDESTINA

Assim como Pequeno e Macedo (2017, p. 5-6), partiremos da concepção teórica de “que o espaço não é um elemento neutro, pois sua valorização se transforma historicamente é que se traça os antecedentes históricos”. Dessa forma, não sendo neutro, o espaço é uma “produção social”, onde “nenhum recorte espacial poderá ser mais visto como passivo, mero receptáculo e sem contexto institucional e moldura histórica” (Brandão, 2012, p. 65), onde o fragmento urbano é compreendido como a evolução dessa produção social.

Dentre as localidades de interesse da análise da CEPAL, o Brasil, estado latino-americano, se encontra na chamada periferia do mundo. Desde de o período em que a América Latina foi inserida pela expansão mercantil europeia, a específica parte do continente assistiu aos desdobramentos da industrialização do outro lado do oceano (Lessa; Dain, 1989).

¹ O estruturalismo latino-americano, distancia-se da explicação da literatura econômica ortodoxa sobre a pobreza e progresso de determinadas nações para pensar, principalmente, na parte sul do continente americano, concebendo os conceitos referenciais de centro-periferia, industrialização e subdesenvolvimento (Brandão, 2019).

Como parte integrante da divisão internacional do trabalho, pertencendo as colônias europeias e nações contemporâneas da revolução industrial, a formação econômica da América Latina está, fundamentalmente, ligada as mudanças do centro de colonização e usufruto do produto colonial. A base produtiva de produto primário com destino ao mercado externo constitui mais da metade da história da região. Ao contrário do velho continente, as bases para formação de um mercado capitalista sucederam de forma diacrônica, segundo Lessa e Dain (1989, p. 4), “da ruptura do pacto colonial até a constituição do mercado de trabalho livre há uma longa transição”. E mesmo com nascimento da indústria, “nos poucos países periféricos onde se chegou à constituição do setor produtor de bens de capital e insumos, este é insuficiente para constituir uma estrutura industrial com um núcleo tecnológico autóctone” (Lessa; Dain, 1989, p. 3).

Voltando a escala Brasil, de acordo com Porto e Miranda (2019, p. 2), “o país vivia uma relativa soberania na condução de sua política de desenvolvimento” no período 1929-79. No que coube aos capitais nacionais, num processo de instauração de um capitalismo associado devido ao instalado centro industrial de tecnologia alóctone, a participação da massa de lucros era regulamentada pelo Estado no estabelecimento de uma repartição horizontal entre os capitais.

No país, houve a “integração lógica do movimento econômico com o histórico concreto que define a relação entre Estado e desenvolvimento em dois padrões de acumulação capitalista, um mercantil e outro industrial” (Lessa; Dain, 1989, p. 1). Por um lado, algumas localidades são beneficiadas, ou pela estruturação Polígono de aglomeração industrial no Centro-Sul, ou pelo estilhaçamento de seus fragmentos para pontos de maior dinamismo nas outras regiões brasileiras (Diniz, 1993).

A forma de enquadramento da economia nordestina à economia nacional começa com a fase de articulação. A articulação comercial da economia nordestina com a economia nacional, entre 1930 e 1955, é fase de relações comandadas pelo capital comercial, por razão de uma necessidade mútua de direcionar o produto regional para território nacional (Cano, 1998; Guimarães Neto, 1989).

Conclui, em uma segunda fase, com economia nordestina é integrada, produtivamente, à economia nacional. A integração produtiva do Nordeste ao centro dinâmico, pós 1955, ocorreu na fração verdadeiramente de desconcentração produtiva, aquela com destino para fora do centro dinâmico, ainda muito concentrado, que causou

grandes mudanças na estrutura econômica dessa região até os anos 1990, seja através da política regional de incentivos à industrialização, seja em função da atuação do Estado, de um modo geral, nesse período (Araújo, 1995; Guimarães Neto, 1989).

De acordo com Araújo (1995, p. 145), o Sudeste passa a comparecer comprando grande parte da produção industrial nordestina e veio a ser o principal provedor de bens de capital para instalação do novo parque industrial nordestino, e “o Nordeste surge, portanto, predominantemente como “região-mercado” (sobretudo para o Sudeste) quando visto no contexto nacional.”

Dessa forma, as demais regiões têm sua dinâmica solidária ao centro produtivo do país, inclusive o Nordeste, através do processo de integração da economia nacional, “seu desenvolvimento continua dependente das ações e mediações que se dão em outros níveis escalares de determinação, sobretudo o da escala nacional” (Porto; Miranda, 2019, p. 2).

Por outro lado, padrões mais “selvagens” de valorização em outras órbitas de capital foram observados. Capitais nacionais buscaram e ultrapassaram a massa de lucros oportunizadas pelas suas órbitas, em outras esferas de capitalização, sob a face de ativos, como reserva de valor, “e exigem permissividade e estímulo da política econômica em direção a esse tipo de movimento” (Lessa; Dain, 1989, p. 9).

A construção que se denota das disparidades intra e inter-regionais brasileiras é em torno do interesse sob as oportunidades de valorização do capital e a relação conflituosa e contraditória de “capital versus capital” (Brandão, 2012, p. 66). A concentração industrial no país configura sob a forma, no que Cano (2007) chamou, de um complexo econômico regional em torno do café, o que à diferencia das outras experiências regionais, onde essa diferença explica a alavancagem dos desequilíbrios regionais, ou melhor, o atraso através da continuidade do modelo primário-exportador em outras regiões, pois a problemática dos desequilíbrios regionais do país decorria, em essência, do próprio processo histórico de formação de cada região (Cano, 1998; 2007).

A partir do desenvolvimento da indústria no Centro-Sul e a integração produtiva restrita com as demais regiões, se acentua os desequilíbrios intrarregionais. Pós milagre econômico e crise do modelo de desenvolvimento econômico, da segunda metade da década de 1970 ao final da de 1990, somado às já existentes disparidades regionais no Brasil, a ampliação destas seguiram pelo abandono das políticas voltadas ao desenvolvimento regional e a ascensão do modelo de desenvolvimento desigual que se

constituiu na década de 1990 (Lessa; Dain, 1989), ampliados principalmente os desequilíbrios intrarregionais, visto em recorte pontuais, entre o período 1970 a 1986, um maior crescimento da economia nordestina em contraste à conjuntura nacional (Gomes, Vergolino, 1995; Souza, 2019), com a manutenção dos espaços estagnados e o crescimento representado pelos lugares eleitos (Araújo, 1995; Silva, 1976). Para transformar tal estrutura de valorização e relações dos capitais locais em vigência é necessário um processo de acumulação com muito mais força competitiva. Em virtude destes desdobramentos, determinadas localidades permaneceram com estruturas tradicionais e arcaicas, principalmente no Norte e no Nordeste (Araújo, 1995; Cano, 1998, 2007; Brandão, 2012).

Grande parte do impacto da dinamização da economia nordestina teve o Estado brasileiro como condutor do processo. Araújo (1995, p. 131) demonstra que:

no Nordeste, pode-se afirmar que sua presença [Estado] foi o fator determinante da intensidade e dos rumos do dinamismo ocorrido nas últimas décadas. [...] bens imóveis e serviços às empresas; atividades financeiras; produção de energia elétrica e abastecimento de água; serviços comunitários sociais e pessoas; e comércio. [...] Investindo, produzindo, incentivando, criando infra-estrutura econômica e social, o Estado se faz presente com grande intensidade na promoção do crescimento da economia nordestina.

Essas são as premissas que respaldam a atuação do Estado brasileiro como agente privilegiado para promoção do desenvolvimento regional e redução das disparidades regionais.

3. O ESTADO COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PROPULSOR DA DINÂMICA URBANO-REGIONAL

O Estado federal brasileiro se deu a partir de 1891, com a Proclamação da República, descentralizando o poder do Império, centralizado e unitário, para as unidades subnacionais, caracterizando a formação da união dos Estados Federados do Brasil (Pequeno; Macedo, 2017). A federação brasileira:

trouxe consigo a necessidade de uma Constituição Federal que se caracterizou por introduzir um regime de separação de fontes tributárias discriminando os impostos de competência exclusiva da União e dos estados, uma insignificante integração entre os entes constitutivos que detinham o poder econômico e nos quais as elites

estavam mais bem organizadas, ganhando uma certa autonomia fiscal e administrativa. Assim, garantiu-se aos estados o controle do imposto de exportação (principal fonte de arrecadação, na época) e aos municípios os impostos municipais, tendo os estados como os responsáveis pela fixação (Pequeno; Macedo, 2017, p. 6-7).

Já o Estado Democrático, após uma significativa oscilação nas décadas anteriores, é retomado em 1988. A Constituição Federal, de mesmo ano, traz consigo a restituição da participação social nas decisões, busca por uma estrutura igualitária de repartição da renda e esforço na questão das desigualdades, fundamentada na ideia do *Welfare State*, Estado de bem-estar social (Klink, 2013; Porto; Miranda, 2019).

Já a década de 1990 é um período antitético. Marco da ascensão de novos agentes sociais, da democratização e descentralização do poder, oportunizada pela Constituição de 1988, e também palco do movimento de liberalização da economia, em que pese o desmonte de políticas de desenvolvimento, especialmente de âmbito regional, e o desenvolvimento desigual como parte planejada da política econômica nacional (Klink, 2013), baseado num “modelo de crescimento econômico setorial desequilibrado” (Silva, 1976, p. 6).

Na década de 1990, com a concentração do debate sobre a crise nas contas públicas, ajustes fiscais e monetários de cunho neoliberal foram seguidos, como “o uso das taxas de juros reais elevadas, mudanças na estrutura do balanço de pagamentos e uma onda de investimentos externos, sob a lógica das empresas transnacionais” (Porto; Miranda, 2019, p. 3), e a pauta do investimento e desenvolvimento foram restringidas aos locais de maior potencialidade para o capital, os polos de desenvolvimento, tidos como focos de dinamismo, subespaços dinâmicos dotados de infraestruturas modernas e competitivas, que se formaram com o capital produtivo, atraído para fora do centro dinâmico, “em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região” (Araújo, 1995, p. 132).

Na ausência de uma orientação nacional de desenvolvimento regional, a lógica capitalista se tornou a lógica de desenvolvimento da administração pública local, onde o local toma para si a função de promotor do desenvolvimento. “A lógica da competição intercapitalista determina que é necessário defender o espaço ocupado pelos competidores” (Lessa; Dain, 1989, p. 5). “Essa tendência refletiu-se na proliferação de

estratégias e práticas espaciais pautadas pela guerra tributária e desregulamentação competitiva entre estados e municípios” (Klink, 2013, p. 25).

É criada a utopia da cidade-empresa-mercadoria-negócio. Cidade esta, que torna-se uma mercadoria, constituindo uma competição de lugares, atraindo, através de subsídios, e sujeitando-se ao controle do capital, contrapondo o ideal de cidade democrática, de planejamento e organização com participação social, pensada na Constituição de 88 (Vainer, 2003).

No período 1999-2002 (governo FHC II), em razão da orientação da gestão da política nacional, houve um reescalonamento competitivo do Estado e neoliberalização dos espaços, “tais contradições apareceram com cada vez mais clareza e fizeram com que o governo federal lançasse mão de políticas espaciais compensatórias” (Klink, 2013, p. 26).

No âmbito das melhorias provocadas pela Constituição de 1988, temos as transformações das regiões atrasadas pelo desenvolvimento das atividades do setor urbano. Souza (2019, p. 42) constata que “a urbanização [...] continuou a crescer na periferia, principalmente no Nordeste, por conta dos efeitos da Constituição de 1988, que descentralizou recursos financeiros”.

No Art. 159 da Constituição Federal (Brasil, 1988), a União reparte a arrecadação com os outros entes federativos. Em especial, no inciso I, do repasse de 50% de toda “arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados”, 3% são destinados “para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, e dessa parte destinada aos programas, a metade dos recursos fica assegurada ao semiárido”.

A partir da Constituição federal de 88, vão se construindo os fundamentos para o novo modelo desenvolvimento regional, do texto constitucional dispõem sobre:

Novos recursos [...] criados para as regiões de menor desenvolvimento, bem como foram feitas alterações em parâmetros de repartição de recursos com vistas a beneficiar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os fundos constitucionais de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO) foram criados tendo como base 3% do total dos recursos federais do IPI e do IR. Também foram alocados recursos adicionais por meio de mudanças nos percentuais da partilha constitucional destinados aos estados e municípios por meio dos fundos de participação (FPE e FPM), os quais visam contribuir para o desenvolvimento das regiões mais pobres ao destinar mais recursos para estados e municípios em regiões de baixo nível de renda por habitante (Monteiro Neto, 2013, p. 121).

Pós-2003 (início do governo Lula I), a ampliação da atuação territorial do Estado é entendida “como sinal de um novo desenvolvimentismo, com repercussões favoráveis sobre a coesão socioespacial em escala nacional” (Klink, 2013, p. 27).

Diante a natureza semelhante das as políticas compensatórias e as políticas sociais, faz-se necessário distinguir o objetivo e os impactos que esses tipos provocaram no desenvolvimento regional das regiões em desvantagem. Enquanto o desenvolvimento regional anterior foi concentrado, localizado e isolado, com baixa interação e exclusão dos demais espaços, e a “descentralização e a estratégia macroeconômica pautada pelo ajuste fiscal também fragilizaram a capacidade do governo federal de atuar sobre a redução das disparidades macrorregionais” (Klink, 2013, p. 25), o novo modelo se qualifica no espraiamento das políticas públicas para as regiões estagnadas ou de fraco dinamismo. Seguindo a linha de raciocínio, se o primeiro PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida “forem comparados com a abordagem dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento mencionada anteriormente, representaram uma novidade e alavancaram o alcance das políticas nacionais (Klink, 2013, p. 29). Denotando que:

a política de escalas, em geral, e a da escala nacional, em particular, não foram apenas impulsionadas pelo crescimento macroeconômico no âmbito de um projeto político que priorizasse o consumo como âncora do crescimento da riqueza nacional, mas também pelo aumento da capacidade de investimento do governo federal, gerando alavancagem para complementar o volume dos investimentos privados (Klink, 2013, p. 29).

Dos fatores que marcaram o desenvolvimento regional brasileiro nesse período, Souza (2019, p. 47) destaca: “Crescimento das cidades médias [...]; Crescimento puxado pelo consumo das famílias mais pobres [...]; Queda nas desigualdades socioeconômicas [...]; Políticas nacionais agindo como política regional [...]; Maior crescimento das vagas no ensino superior”.

Por meio do novo modo de desenvolvimentismo brasileiro, o impulsionamento econômico operou algumas transformações na região nordestina, ao estilo do estímulo keynesiano ao consumo, parte do capital concentrado foi atraído por novas fontes de realização fora dos grandes centros urbanos (Klink, 2013; Porto; Miranda, 2019). De modo geral:

o Nordeste vinha apresentando maiores taxas de crescimento econômico que a média do país, em geral, e que o Sudeste, em particular; além da ampliação de políticas públicas permanentes de educação e saúde pública, a presença efetiva de

programas de transferência de renda, forte elevação da renda dos mais pobres, expansão do consumo e redução da pobreza extrema e da desigualdade. Estas transformações teriam engendrado um ambiente social e econômico mais resistente às dificuldades climáticas da região, sobretudo, do Nordeste semiárido (Porto; Miranda, 2019, p. 7-8).

Em 2007, também foram recriadas, sem a restauração do poder de transformação que dispunham antes, as superintendências regionais, SUDENE, SUDAN e a SUDECO, que tinham sido desmontadas e substituídas por agências reguladoras no governo FHC II.

No item seguinte, tecemos alguns apontamentos sobre a rede urbana nordestina interiorizada, para, depois, tratarmos da RGI de Pau dos Ferros e o papel do Estado na sua estruturação urbano-regional.

4. FORMAÇÃO DA HIERARQUIA URBANA E A REDE URBANA NORDESTINA INTERIORIZADA

Como já discorrido, o processo de integração, em que o Nordeste foi submetido, interveio na estrutura produtiva deste, tal que, o Centro-Sul passa a postular a sua demanda e de outras economias regionais, e nessa ocasião, o “Nordeste comparece, abrigando alguns polos importantes de desenvolvimento agroindustrial e industrial” (Araújo, 1995, p. 130). Assim, de indústria predominante em bens de consumo não duráveis vai-se convergindo, pós 60, para especializadas em bens intermediários, revelando-se, assim, o perfil da indústria nordestina, a de segmentos produtores de insumos.

Em suma, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro concebeu um espaço econômico unificado, formado por regiões e subespaços desiguais. A introdução dos espaços longínquos ao capital, “nacionalização do capital”, resultaram na rede urbana hierarquizada (Araújo, 1995; Oliveira, 1981, p. 77).

A rede urbana é o “produto das relações dinâmicas, vivas e atuantes entre os agentes que criam redes de relacionamento, quer de longa distância, quer locais” (IBGE, 2018), por via dos fluxos socioeconômicos estruturados numa divisão territorial do trabalho (Brandão, 2012). Dessa forma, a “rede urbana, que guarda profundas relações com o movimento mais geral das transformações vivenciadas pela economia e a sociedade em diversos níveis de determinação” (Porto; Miranda, 2019, p. 17), expressa, mais aproximadamente, a rede de relações entre o produto social urbano mais longínquo ao

centro de comando da acumulação no território, em que a dinâmica das escalas superiores (regional, nacional, global) impactam a dinâmica urbana do local (Brandão, 2012), por serem relações de dominação.

No caso do Nordeste, a dinamização de alguns espaços ocorreu de forma concentrada e localizada, gerando um quadro de intensa heterogeneidade social e produtiva, ao modo que as transformações produtivas efetivadas na região não repercutiram em melhoria da vida dos mais pobres. Juntamente, “ressalta-se que ali foi se estruturando uma rede de cidades que é muito mais verticalizada do que em outras partes do Brasil. Trata-se de um número reduzido de centros de médio porte e vários de pequeno porte desempenhando funções de intermediação” (Porto; Miranda, 2019, p. 1).

A concentração e centralização de riqueza em escala espacial, a formação de comando e centro, e a transformação nas relações de poder entre os capitais é um processo natural no estágio de desenvolvimento do capitalismo, seja do local ao global (Brandão, 2012). Assim, na mais recente pesquisa das Regiões de Influência, está configurada a rede urbana brasileira, uma gama de centros urbanos de comando, de maior a menor poder de gestão de território, e as regiões de influência, formadas por regiões geográficas imediatas e regiões intermediárias, como sendo as escalas comandadas (IBGE, 2018).

Nas notas metodológicas da pesquisa acima, as cidades da rede urbana brasileira:

foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades (IBGE, 2018, p. 12)

Para o caso brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) capta a hierarquia urbana em cinco níveis hierárquicos: Metrópoles, Capitais Regionais (A, B e C), Centros Sub-Regionais (A e B), Centros de Zona (A e B) e Centros Locais.

A hierarquia presente no Nordeste tem condicionantes de intensa fragmentação territorial, se comparada com as outras regiões. Nela, há maior número absoluto de Centros de Zona e Centros Locais, respectivamente, 135 e 1436 Cidades, além de ser a região com o maior número absoluto de Cidades contabilizadas na hierarquia urbana no Brasil, 1.683 Cidades. Também possui um maior percentual de Centros Locais em relação a sua própria composição maior que o percentual do Brasil em relação a própria composição,

aproximadamente 85% das cidades do NE são Centros Locais, enquanto 82% destas compõe no panorama Brasil (IBGE, 2018, p. 13).

No contexto observado, a região pode ser dividida em “faixa litorânea, [...] elevado grau de urbanização, alta densidade urbana [...] e [...] a porção interiorana [...] apresentando um processo de urbanização que possibilita o surgimento de novas centralidade urbanas” (Bezerra, 2016, p.115). Isso significa que quanto mais direcionado ao interior da região nordestina mais intensa é fragmentação do território; ou seja, o território mais fragmentado é o Semiárido².

Assim, autores como Bezerra (2016) e Dantas (2014) denominam a porção do interior do território, fora da zona litorânea das capitais dos estados, como *rede urbana interiorizada*. Na hierarquia da rede urbana interiorizada há algumas Capitais Regionais de nível inferior e Centros Sub-Regionais sob o comando de regiões geográficas imediatas e regiões intermediárias em que sua denominação leva a tipologia da região de influência e o nome do município central, como por exemplo, a de Região geográfica imediata de Pau dos Ferros/RN que integra a Região Intermediária de Mossoró/RN (Dantas, 2014; IBGE, 2018).

No item seguinte, nos detemos sobre a RGI de Pau dos Ferros e o papel do Estado na sua estruturação urbano-regional.

5. O PAPEL DO ESTADO NA ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DA R.G.I. DE PAU DOS FERROS

A região do presente estudo é constituída por 30 municípios na base da hierarquia urbana (Centros Locais), 3 municípios Centro de Zona e o município central, Pau dos Ferros/RN (Centro Sub-Regional). Localizada na região do Semiárido brasileiro, a RGI de Pau dos Ferros/RN gerada na pesquisa REGIC, é equivalente à chamada região do “Alto Oeste Potiguar”. Esta, com população total de 227.366 habitantes, referente ao Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), é formada “por 34 [...] municípios [...] e com grau de urbanização de 67%. Dos municípios da região, a grande maioria (29 municípios) está

² O Semiárido brasileiro não possui um recorte para si na pesquisa REGIC, mas ao todo, possui 1.477 municípios, segundo a Resolução da SUDENE de 2024, em que 1.260 deles pertencem ao Nordeste (Brasil, 2021, 2024).

situada na faixa de até 10.000 habitantes, possuindo 62% da população” (Souza; Miranda, 2021, p. 1113).

O semiárido brasileiro, no período mais recente, precisamente nas últimas duas décadas, é observado um crescimento econômico impulsionado pelos programas sociais, que aumentaram a circulação monetária local, e pela ampliação da oferta de serviços urbanos (Araújo, 2014; BNB, 2014; Cavalcanti Junior; Lima, 2019; Souza, 2019).

Dentro dos anos 2000, o período de 2004 a 2010 equivale a um curto ciclo de crescimento da economia brasileira. Os fatores do crescimento da economia brasileira foram tanto externos como internos: [...] do ponto de vista interno, tem-se os incentivos ao mercado consumidor – favorecido pelo aumento dos investimentos públicos (infraestrutura econômica e social), ampliação (e inclusão) do crédito, valorização do salário mínimo, aumento das transferências de renda às famílias (Souza, 2019, p.).

A importância do setor público é observada em todos os níveis da RGI de Pau dos Ferros: Nos 33 Centros menores, o setor é o maior provedor de recursos, participante de mais da metade do VAB. Em Pau dos Ferros, o Estado oferta vários serviços públicos especializados (Souza; Miranda, 2021). Este município pelo “recebeu infraestruturas urbanas destinadas à região do Alto Oeste que foram capazes de agregar a hinterlândia urbano-regional para si e extrapolaram os limites do Rio Grande do Norte, atingindo municípios de seu entorno fronteiriço, face à carência dessas áreas nos serviços disponíveis” (Alves; Dantas; Souza, 2018, p. 8).

Conforme apontado por Souza; Miranda (2021), a descentralização do ensino superior e técnico para o interior do Brasil universalizou o acesso à educação superior aos locais distantes das capitais. Na Saúde, a partir de 2007, a expansão e a descentralização de recursos ao e do Sistema Único de Saúde (SUS) ocasionaram a instalação de várias clínicas particulares, nas mais diversas especialidades, que passaram a atender pelo sistema, via convênio com as prefeituras municipais da região, centralizando e consolidando a demanda destes locais.

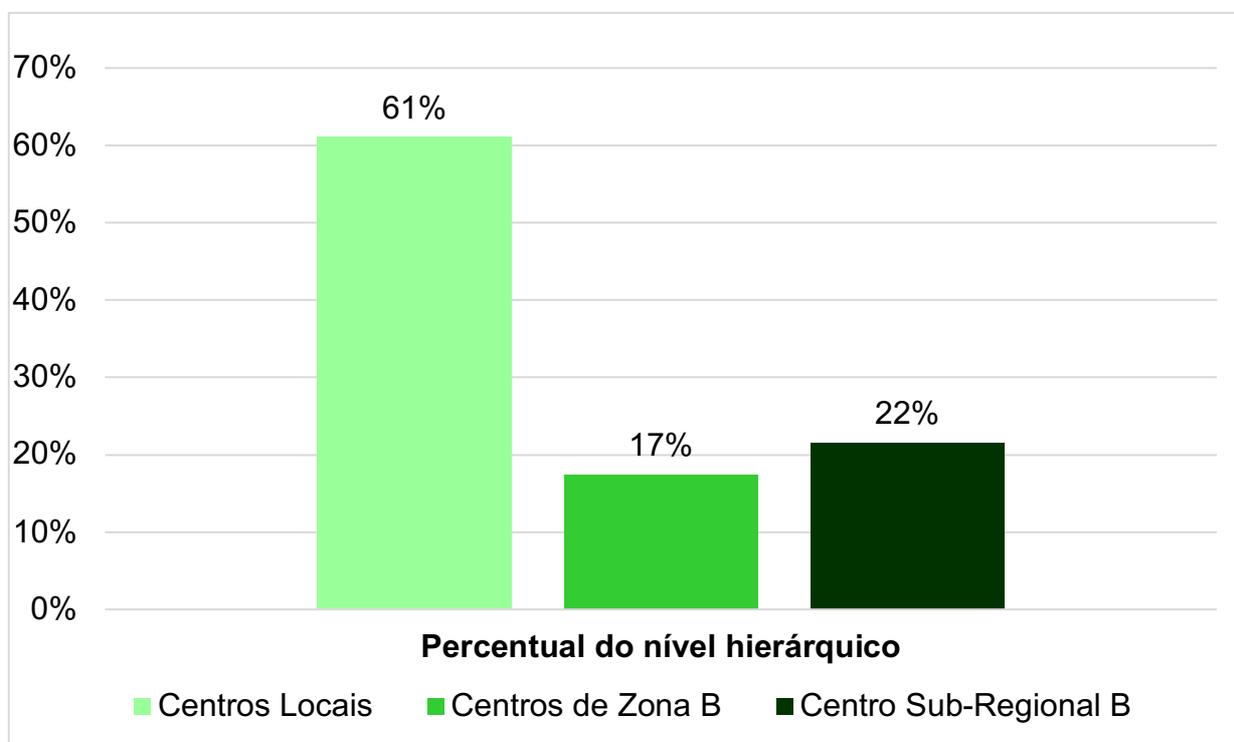
Nesse sentido, é possível afirmar que a região do Alto Oeste Potiguar se insere analiticamente dentro de um quadro de realidades espaciais nordestinas em que a urbanização foi adquirindo um papel determinante na economia regional, especialmente quando a ação do Estado, notadamente a de âmbito federal, manifestou-se via crescimento do gasto público e demais políticas públicas implementadas no período 2003-2014 (Souza; Miranda, 2021, p. 1117-1118).

Por conseguinte, com mudanças na condução das políticas socioeconômicas, associadas ao novo padrão de crescimento, a urbanização que segue é mais dispersa e a estrutura econômica dos municípios nordestinos avança para consolidação das inversões públicas presentes (Porto; Miranda, 2019).

Favorecendo-se da polarização receptiva a pujança do mercado regional, puxado pelos investimentos públicos, o setor de serviços (privado) e comércio de Pau dos Ferros “é mais significativo que nas demais cidades da região (55% em média), que exerce sobre os pequenos municípios que a procuram para satisfação das necessidades educacionais, de saúde, financeiras e outras. O setor público, sozinho, tem participação de 35% no PIB municipal” (Souza; Miranda, 2021, p. 1115).

Partindo para a análise de dados mais recentes, o Gráfico 1 e a Tabela 1, apresentados na sequência, demonstram a formação da produção de riqueza da RGI e esses condicionantes que impulsionaram a região.

Gráfico 1 – Percentual total e relativo da distribuição do Valor Adicionado Bruto total, a preços corrente, por nível hierárquico, da REGIC (2018), da RGI de Pau dos Ferros, para o ano 2021.



Fonte: IBGE (2021). Elaboração dos autores.

Na Tabela 1, abaixo, a importância da Administração Pública é observada em todos os níveis. A informação de destaque é o peso da Administração Pública na composição produtiva.

Tabela 1 - Valor percentual do VAB setorial, a preços correntes, em relação ao VAB total, a preços correntes, dos municípios de mesmo nível hierárquico, na REGIC (2018), da RGI de Pau dos Ferros, para o ano de 2021.

Hierarquia	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
Centros Locais	6%	4%	30%	60%
Centros de Zona B	4%	4%	42%	50%
Centro Sub-Regional B	1%	6%	64%	29%

Fonte: IBGE (2021). Elaboração dos autores.

Ao todo, 61% da renda da região fica a cargo dos pequenos municípios, porém, quando se coloca o peso do número de municípios dos níveis, o gráfico revela o peso da fragmentação do território, onde a quantidade destes distingue o distanciamento entre o peso dos Centros Locais do peso de apenas um Centro Local, comparado ao Centro Sub-Regional.

Nos 33 Centros menores, a administração pública é o maior provedor de renda local³, participante de mais da metade do VAB. Com exceção do Centro Sub-Regional B, com 29%, os outros dois níveis demonstram uma dependência da administração pública, correspondendo a mais da metade da riqueza gerada nas localidades, 60% nos Centros Locais e 50% nos Centros de Zona. Enquanto isso, os Centros Locais dispunham de um setor primário mais presente no valor agregado, o Centro Sub-Regional B e os Centros de Zona B apresentam um setor de serviços privados mais acentuado na riqueza, em conformidade com a tendência do capital de quanto mais dinâmico o local, mais acentuada é a divisão espacial do trabalho (Brandão, 2012; Lessa; Dain, 1989; Porto; Miranda, 2019).

Outros fatos notáveis podem ser percebidos nos dados da Tabela 2, abaixo. Com relação à divisão territorial do trabalho na RGI, é possível observar que os Centros Locais são responsáveis por 78% da produção agropecuária e o Centro de comando da região,

³ Tal participação da Administração Pública é devido a principal fonte de renda dos municípios da região, que vem através dos repasses da união mediante fundos constitucionais, precisamente o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Pau dos Ferros/RN, por 35% dos Serviços privados da RGI. O interessante ao confrontar os dados das tabelas 1 e 2 é observar que Pau dos Ferros/RN possui um grau de participação no setor primário da região de 7%, mas o tamanho do setor na sua própria economia é da ordem de 1%.

Tabela 2 - Participação percentual dos níveis hierárquicos, da REGIC (2018), no VAB setorial, a preços correntes, em relação ao VAB setorial agregado, a preços correntes, da RGI de Pau dos Ferros, para o ano de 2021.

VAB setorial	Centros Locais	Centros de Zona B	Centro Sub-Regional B
Agropecuária	78%	15%	7%
Indústria	57%	14%	29%
Serviços	46%	19%	35%
Administração Pública	71%	17%	12%
Nº de Municípios	30	3	1

Fonte: IBGE (2021). Elaboração dos autores.

A importância do gasto público é observada em todos os níveis, o que é notado também para Pau dos Ferros. Este município pelo “recebeu infraestruturas urbanas destinadas à região do Alto Oeste [...], atingindo municípios de seu entorno fronteiriço, face à carência dessas áreas nos serviços disponíveis” (Alves; Dantas; Souza, 2018, p. 8). Favorecendo-se da polarização receptiva a pujança do mercado regional, puxado pelos investimentos públicos, o setor de serviços (privado) e comércio de Pau dos Ferros “é mais significativo que nas demais cidades da região (55% em média), que exerce sobre os pequenos municípios que a procuram para satisfação das necessidades educacionais, de saúde, financeiras e outras” (Souza; Miranda, 2021, p. 1115).

O entrave do mercado de trabalho de Pau dos Ferros está na forma em que está constituída sua economia. Relacionando o Gráfico 1 e as Tabelas 1 e 2 pode-se constatar que a participação da Administração Pública permeia entre 29% e 35% nos últimos anos e, mesmo com uma economia robusta para a região, mantém um grau muito alto de informalidade no mercado de trabalho, sendo é plausível concluir que, mesmo para Pau dos Ferros, “o elemento propulsor do emprego está assentado, basicamente, no gasto público” (Souza, 2019, p. 176).

Na ausência de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional efetiva, dentre as ações que impactaram nas economias desses municípios, destacou-se sociais e as políticas de descentralização da Saúde e Ensino superior, referente ao “crescimento do gasto público e demais políticas públicas implementadas no período 2003-2014 (Souza; Miranda, 2021, p. 1118).

Conforme ainda os autores Souza; Miranda (2021), a descentralização do ensino superior e técnico para o interior do Brasil universalizou o acesso à educação superior aos locais distantes das capitais dos estados. Na Saúde, a partir de 2007, a expansão e a descentralização de recursos ao e do Sistema Único de Saúde (SUS) ocasionaram a instalação de várias clínicas particulares, nas mais diversas especialidades, que passaram a atender pelo sistema, via convênio com as prefeituras municipais da região, centralizando e consolidando a demanda destes locais. Esse quadro é completado com outras políticas implícitas atuantes na região, como as políticas sociais e assistenciais. Alguns exemplos são: Bolsa Família; Política de valorização real do salário mínimo; Previdência Social Rural; MCMV; Benefício de Prestação Continuada; Etc. Todos ancorados à mecanismos macroeconômicos de estímulo à propensão marginal ao consumo (Araújo; Santos, 2021; Brandão, 2019a, 2019b; Souza, 2019).

Assim, dada a preponderância do Estado na formação da renda e composição do emprego, conclui-se pela importância na estruturação urbano-regional da RGI de Paus dos Ferros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do poder público no combate às desigualdades obtiveram um excelente resultado. Contudo, não provocaram uma transformação real da estrutura produtiva. O grande impacto observado advém mais de uma ação distributiva do que, propriamente, um desenvolvimento das forças capitalistas internas.

As disparidades sociais e regionais continuam intensas, formando a rede hierárquica de relações entre as cidades. No que se diz respeito a RGI de Pau dos Ferros, é o gasto público, em seus diversos níveis, que impulsiona a economia regional e, assim, constitui o elemento estruturante da dinâmica urbano-regional.

Pau dos Ferros/RN é uma cidade com funções de intermediadora, na rede urbana interiorizada, provedora de serviços modernos, funções de cidade universitária, sendo beneficiada por políticas públicas, como a interiorização do ensino superior e referência de serviços de saúde, pela descentralização dos serviços de saúde, fatores reforçados após anos 2000. E a sua região imediata, constituída por pequenos municípios, mas predominantemente urbanos, tem no gasto público o fator determinante na sustentação da urbana-regional.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, L. S. F.; DANTAS, J. R. Q.; SOUZA, G. S. Dinâmicas urbano-regionais em territórios de fronteira interna. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17003, 2018.

ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 2014. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2801>. Acesso em: 16/10/2023.

ARAÚJO, T. B. *Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?*. In: ÁLVARES AFFONSO, R. B. BARROS SILVA, P. L. (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995. (pp. 125-156).

ARAUJO, T. B.; SANTOS, V. M. Revisitando a trajetória recente do desenvolvimento nordestino em homenagem a Wilson Cano .In: SANTOS, A. Q.; et al (Organizadores): **Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, ABED, 2021. p. 378-396.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Nordeste 2022 - Estudos Prospectivos – Documento Síntese**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2014. Disponível em: <https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/775> Acesso em: 16/10/2023.

BEZERRA, J. A. **A Cidade e Região de Pau dos Ferros: Por uma Geografia da Distância em uma Rede Urbana Interiorizada**. 2016. 430 f. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Ceará.

BRANDÃO, C. A. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

BRANDÃO, C. A (2019a). Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 21, p. 258-279, 2019.

BRANDÃO, C. A. (2019b). **As ausências e elos faltantes das análises regionais no Brasil e a proposição de uma agenda de pesquisas de longo prazo**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019. p. 1-59. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9117>. Acesso em: 01/11/23.

BRASIL. **Delimitação Do Semiárido – 2021: Relatório final**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 2021. Disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/8-relatoriometodologia_semiarido2021_v9_versaodefinitiva__1_.pdf/view. Acesso em: 05/09/2023.

BRASIL. **Manutenção dos 50 municípios excluídos da delimitação do Semiárido brasileiro em 2021**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-condel/sudene-n-176-de-3-de-janeiro-de-2024-536223462>. Acesso em: 06/09/2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art159ic. Acesso em: 07/09/2023.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995**. 2. ed. rev. aum. Campinas-SP: UNICAMP, IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 2).

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5 ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2007.

CANO, W. *Urbanização: crise e revisão de planejamento*. In: CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011. pp. 117-146.

CAVALCANTI JUNIOR, C. A.; LIMA, J. P. R. O semiárido nordestino: Evolução recente da economia e do setor industrial. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 3, p. 69-88, 2019. Disponível em: <https://g20mais20.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/863/778>. Acesso em: 16/10/2023.

DANTAS, J. R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. 2014. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13834>. Acesso em: 02/08/21.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte/MG, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

GOMES, G. M. R.; VERGOLINO, J. R. O. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994**. (Texto para Discussão n. 372): IPEA, Brasília, 1995.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste (da articulação comercial à integração produtiva)**. Recife : FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **REGIC 2018 - Cidades - Base tabular**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 28/05/24.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=downloads&c=2409407>. Acesso em: 30/05/2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Tabela 4709**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4709>. Acesso em: 28/05/24.

KLINK, J. *A escalaridade e espacialidade do (novo) desenvolvimentismo, uma exploração conceitual para o debate*. In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. pp. 19-38.

LESSA, C.; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1982.

MONTEIRO NETO, A. *Política de Desenvolvimento Regional: questão periférica no pacto federativo brasileiro*. In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. pp. 121-144.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEQUENO, R. S. P.; MACEDO, F. C. O pacto federativo brasileiro: uma reflexão teórica e as implicações no Desenvolvimento Regional. Anais. IX Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional. Processos, Políticas e Transformações Territoriais. Santa Cruz do Sul, RS: **PPGDR – UNISC**, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/search/titles?searchPage=32> . Acesso em: 20/04/24.

PORTO, L. R.; MIRANDA, H. Novo padrão de crescimento e a hierarquia urbano-regional do Nordeste, Brasil, pós 1990. **Anais XVIII ENANPUR 2019**, Natal-RN, 2019. pp. 1-25. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais-sts>. Acesso em: 10/05/24.

SILVA, S. C. B. M. . Teorias de localização e desenvolvimento regional. Geografia (Rio Claro) , Rio Claro-SP, v. 1, n.2, p. 1-23, 1976.

SOUZA, R. C. **O papel do gasto público na interiorização do urbano no semiárido nordestino: O caso de Pau dos Ferros-RN e de sua região após 2000.** 2019. Tese (Doutorado) – Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/1088282>. Acesso em: 02/08/21.

SOUZA, R.; C. MIRANDA, H. *Influência do gasto público no fortalecimento da centralidade de Pau dos Ferros-RN.* revista **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 23, n. 52, pp. 1109-1134, set/dez 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/J88y4TXyqKGqtrdCDVBjK9x/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01/04/24.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 105, p. 25-31, 2003.

VIDAL, F. B. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. **Revista Estudos e Pesquisas**, n. 67, p. 109-151, 2004.

Submetido em agosto/2024.

Aprovado em dezembro/2024.